

O nacionalismo afro-asiático

O pós-1945, mais do que uma simples repetição do pós-1919 acentua o ocaso das potências europeias coloniais e as dinâmicas centrífugas, potenciadas pela participação de asiáticos e africanos nos exércitos aliados, a afirmação dos países democráticos, o interesse de ambas as novas superpotências em liquidar os impérios coloniais e particularmente o consenso em torno dos ideais de liberdade. Com efeito, para além do paralelismo, da continuidade total observada entre Wilson e Roosevelt, entre Lenine e Estaline, dos 14 pontos de Wilson com a Carta do Atlântico; e da SDN com a ONU, a opinião pública internacional torna-se um protagonista essencial na emergência do processo descolonizador, criando o pano de fundo para o que se seguiria na conferência de Bandung que representa a consagração de “povos objectos” em “nações sujeitos da história” (Lacouture, *apud*. Nouschi, 1996:364-365).

O afro-asiatismo e o acelerar da história

A importância da conferência de Bandung que reunirá vinte e nove países independentes do terceiro mundo, 23 asiáticos e 6 africanos, de 18 a 28 de Abril de 1955, representando 52% da população mundial, reside na sua “localização” no tempo. A maioria dos países colonizados da Ásia era já emancipada; alguns países de África haviam acedido recentemente à independência política e a maioria dos que permaneciam sob tutela colonial achavam-se já em plena luta pelo acesso à independência, o que justificará a afirmação do escritor africano-americano Richard Wright de que, enquanto reunião dos “desprezados, insultados, despossuados, oprimidos da raça humana”, assinala uma viragem na história do mundo, constituindo segundo Senghor, “o acontecimento mais importante depois da Renascença”, expressão que procurava fazer a ponte entre aquele tempo europeu e o “renascimento cultural” condição necessária à emergência dos processos de reafirmação da consciência etno-identitária (Zorgbibe, 1990: 29).

Bandung representa a emergência de uma

verdadeira ideologia anti-colonialista e de um nacionalismo afro-asiático, pela recusa da inserção na lógica bipolar das duas superpotências que a todo o custo procuravam “neutralizar o neutralismo” dos países emergentes, assente nos princípios da boa vizinhança, cooperação amigável, respeito pela integridade territorial e pela soberania, não-agressão, não-ingerência nos assuntos internos, igualdade, coexistência pacífica, respeito dos direitos humanos fundamentais, reconhecimento da igualdade das raças, o respeito pela carta da ONU, pela justiça e pelas obrigações internacionais (Nouschi, 1996:364).

O nacionalismo afro-asiático

Realizada sob o patrocínio asiático da Birmânia, do Ceilão (Sri Lanka), da Índia, da Indonésia e do Paquistão, a conferência daria corpo à formulação teórica do *afro-asiatismo* por Malek Bennabi (1905-1973), um argelino exilado no Cairo que em *L'Afro-Asiatisme* (1956) constata que os povos da África e da Ásia rejeitaram a máscara do anonimato indígena que o século XIX lhes havia imposto, podendo doravante distinguir-se dois eixos geopolíticos. De um lado o eixo Washington-Moscovo, caracterizado por uma psicologia de poder, e de outro o eixo afro-asiático Tânger-Jakarta a que, respondendo a um problema político resultante da constatação da ausência na alma dos povos árabo-asiáticos de uma consciência etno-identitária clara, caberia gizar a construção de um “valor comum aos povos que vivem ao longo do eixo Tânger-Jakarta” de modo a que estes, reconhecendo aquela consciência, pudessem acelerar a descolonização e abolir as distâncias sociais, culturais e económicas que os separavam dos povos que viviam “ao longo do eixo Washington-Moscovo”. Tratava-se, segundo Bennabi, não de constituir um terceiro bloco face aos de Leste e do Oeste, mas de “ajudar os países subdesenvolvidos a ultrapassar o seu subdesenvolvimento” e também os “países sobredesenvolvidos a ultrapassar a fase crítica do seu desenvolvimento”, tornando-se o *afro-asiatismo* no instrumento de uma nova moral internacional que permitiria à humanidade ultrapassar

os focos persistentes da conflitualidade resultante do confronto dialéctico das relações de força entre blocos (Bennabi, *apud*. Zorgbibe, 1990: 30).

Esta posição não ganhou imediata nem definitivamente a forma de um “neutralismo” radical, porquanto foi possível observar dissonâncias graves entre os participantes, desenhando-se na conferência três tendências claras. Uma *ocidental*, representada pelas Filipinas, Japão, Vietname do Sul, Laos, Tailândia, Turquia, Paquistão, Etiópia, Líbano, Líbia, Libéria, Iraque e Irão; outra *neutralista*, na qual se integravam o Afeganistão, Birmânia, Egipto, Índia, Indonésia e a Síria; e uma *comunista*, representada pela República Popular da China e o Vietname do Norte.

A ideologia anticolonialista

Embora datado de 1836, o conceito de “descolonização” fora submerso pela onda império-colonial da Europa de finais do século XIX (Conferência de Berlim), apenas reemergindo no pós-1918, embora com uma conotação pejorativa associada a uma forma de neocolonialismo burguês, no entender do revolucionário internacionalista, teorizador político e activista indiano fundador dos partidos comunistas do México e da Índia, Manabendra Nath Roy (1887-1954). Contudo a ideologia da descolonização acabaria por perder esta dimensão suspeita para se afirmar, no decurso dos anos 50 do século XX, como a marcha para a autonomia das colónias, não se restringindo a uma simples independência política, mero acto político formal que separa o estado de sujeição do da soberania,

mas um processo global que deveria incluir não apenas a reapropriação da herança colonial pelos movimentos independentistas, como, também a (re)construção do Estado e formação ou reconfiguração da nação como forma de realizar a assunção progressiva da sua historicidade e dos seus valores, e a definição de novas relações económicas com os países desenvolvidos. Neste último domínio, Bandung vai cristalizar dois processos contraditórios: a um tempo o desencadear em cadeia das independências, e a outro, o início de uma reconstrução económica dificilmente realizável senão sob a batuta imperialista. A questão que irá permanecer no centro dos debates, face ao crescimento das dificuldades económicas e à preocupação, comum a todos os participantes, de afirmar uma independência que parecia então ainda pouco perceptível aos “países abastados”, leia-se, os do “mundo branco”, será precisamente a alternativa com que o terceiro mundo se defronta: a unidade, dependente da sua “neutralidade” e da sua indiferença relativamente às querelas de “blocos”; ou a divisão, subsequente à perda da sua “neutralidade” e à sua queda na esfera de influência dos antigos colonizadores ou de novos opressores (Bosschère, 1977: 121).

A questão do *anticolonialismo* constituía assim o tema principal da conferência, mas esbarrou na falta de unanimidade quanto à definição do conceito de *colonialismo*, revelando-se neste ponto as fragilidades de uma unidade que ali se tentava construir. A discussão estalou entre os diferentes delegados sobre se o colonialismo seria uma política essencialmente ocidental ou se

O FRACASSO FEDERATIVO

O ideal pan-africano desde cedo se confrontou com a impossibilidade prática de generalizar a união política do continente, debatendo-se com essa inevitável contradição. Como forma de compensar tal impossibilidade e como ensaio embrionário da desejável unidade, foram tentadas fórmulas de unificação de antigas colónias. A mais célebre é a Federação do Mali, que remonta a 1958, agrupando o Senegal, o Mali (antigo Sudão francês), o Alto Volta (que se virá a chamar Burquina Faso) e o Daomé (mais tarde Benim). O seu líder foi o prestigiado Modibo Keita, apoiado por Léopold Sédar Senghor, que se vieram a desentender, fazendo abortar a federação. Outro exemplo de sinal contrário, porque de iniciativa colonial, foi o agrupamento dos futuros Estados do Malawi, Zâmbia e actual Zimbábue no seio de uma *Federação da África Central* como aparente tentativa de desviar a Rodésia do Sul da atracção centrípeta da República da África do Sul, mas que foi dissolvida em Dezembro de 1963.

poderia também ser defendido por potências comunistas. Ouviram-se os argumentos abonatórios para o Ocidente e a crítica dura ao comunismo do presidente das Filipinas, o apelo do primeiro-ministro paquistanês à recusa da expansão de “uma forma de imperialismo nova e ainda mais insidiosa do que a outra” e a inquietação tailandesa perante a possibilidade de alastramento do domínio da China Popular. A divisão seria colmatada pela proposta de compromisso do indiano V. K. Krishna Menon (1896-1974) de condenar o “colonialismo em todas as suas manifestações”, uma fórmula ambígua mas que satisfazia todos os grupos e tendências participantes.

Ainda assim, só no rescaldo da conferência seria produzida por Malek Bennabi (1905-1973) a formulação teórica e ideológica do anticolonialismo. Sob a influência da cultura e do colonialismo francês, Bennabi distingue entre o colonialismo externo e aquilo que ele chama de “*colonizabilidade*”, um termo por si inventado para significar a receptividade psíquica das populações aos gostos, ideias e hábitos do colonizador estrangeiro, que consistiria num processo de inversão social (*colonizabilidade*) facilitador e gerador do *colonialismo* entendido, *per se*, como uma “necessidade histórica” sem a qual seria impossível a consciência da assimilação colonial pelo autóctone e a necessidade de realizar uma contra-assimilação mediante a desalienação face ao colonizador (Boussalah, 2005: 13-14).

Sem embargo, Bandung representa neste domínio um ponto de viragem, ao consagrar solenemente o carácter irreversível da “descolonização”, pelo menos na sua primeira etapa de contra-assimilação e desalienação, convencendo as potências coloniais, em geral, da utilidade em a favorecerem, o que explica o ininterrupto processo de independências que se lhe seguiu, como a do Sudão, Marrocos e Tunísia, e a “recuperação” pela Índia dos estabelecimentos franceses (1956). No regresso da conferência, Nkrumah exigiria o acesso imediato à independência, alcançada pelo Gana em 1957, enquanto na África Negra francófona, a Guiné-Conacri, ao não aprovar a nova fórmula constitucional

ultramarina da 5.^a República francesa que marcou o regresso de de Gaulle ao poder, proclamaria a sua independência em 1958. Os territórios da África Equatorial Francesa, África Ocidental e Madagascar permaneceriam por pouco tempo “aquietados” no seio da “comunidade francesa”. E, como corolário de Bandung, o ano fecundo de 1960 consubstanciar-se-ia na independência sucessiva de dezassete países: Camarões (11-01), Togo (27-04), Senegal e Mali em federação (20-06), Madagascar (20-06), Congo ex-belga (30-06), Somália (1-07), Daomé (1-08), Níger (1-08), Alto Volta (5-08), Costa do Marfim (7-08), Chade (11-08), República Centro-Africana (13-08), Congo-Brazzaville (15-08), Gabão (17-08), Nigéria (1-10) e Mauritânia (28-11) (Bosschère, 1977: 121-123).

O Terceiro Mundo na cena internacional

A recusa da lógica bipolar das duas superpotências não ganhou imediata nem definitivamente a forma de um “neutralismo”. Os delegados enredaram-se numa polémica que os dividiu em *Neutros* e *Cépticos*, defendendo os primeiros que a missão histórica dos afro-asiáticos era a de se interporem entre os dois blocos, do Leste e do Oeste, à luz de uma coexistência pacífica, e argumentando os segundos que a coexistência pacífica mais não era que um *slogan* que permitia a progressão das doutrinas subversivas e o reforço do comunismo instalado (Zorgbibe, 1990: 31). A mediação da Índia de Nehru e do presidente chinês Chu En-Lai permitiu à conferência enunciar os “*Dez Princípios de Coexistência Pacífica*” (Dez Princípios de Bandung) de que nascerão duas ideias-força: o *Não-alinhamento* e o *Afro-asiatismo*. Recusando simultaneamente a extensão da Guerra Fria à Ásia e o alinhamento com a URSS ou os EUA, Nehru, mas também Tito da Jugoslávia (ausente da conferência) e Nasser do Egipto dedicar-se-ão a definir novas relações de força entre o Terceiro Mundo, formado por países que acedem à independência, e os dois blocos. A morte de Nehru (1964), a emergência de novos Estados africanos e a deriva maximalista revolucionária da China

Popular (1965-1966) endurece, e radicalizam a posição dos *Não-Alinhados*, enquanto a crescente confusão entre o *Não-Alinhamento* e as reivindicações económicas do Terceiro Mundo esbarra em Tito, para quem o Não-Alinhamento consistia numa política mundial que “não conseguiria, de forma alguma, ser reconduzida ao estreito quadro dos países em vias de desenvolvimento, do mundo dito Terceiro, do hemisfério sul” (Tito *apud*. Nouschi, 1996:380). As divisões, a quebra de solidariedade dos signatários, os confrontos violentos entre alguns dos seus membros essenciais e a manipulação pela URSS dos não-alinhados na sua estratégia anticapitalista e de bloqueio da China agudizar-se-iam após a morte do presidente jugoslavo, conduzindo ao fim do equilíbrio no movimento entre moderados e maximalistas, entre terceiro-mundistas militantes e mundialistas convictos (Nouschi, 1996:364,381).

Todavia, o balanço da *Conferência de Bandung* acabaria por ser positivo além de representar o “primeiro encontro afro-asiático” digno desse nome, a sua declaração sobre os problemas dos países dependentes, o compromisso dos participantes em apoiar a luta pela liberdade e independência, relançariam e acelerariam o movimento emancipalista, representando também, segundo Senghor, “a tomada de consciência da sua eminente dignidade pelos povos de cor, os povos do mundo (...)” e a concludente inserção do Terceiro Mundo na cena internacional (Zorgbibe, 1990: 32).

Velhas e novas divisões

As lutas de libertação nacional permitiram alimentar uma ilusória união e serviram mesmo de ponte entre *Nacionalismo* e *Pan-africanismo*. Mas, longe de traduzir um optimismo e consenso entre a primeira geração de políticos africanos e a intelectualidade, o fenómeno do *Pan-africanismo* não recolheu a adesão inteira de ambos os grupos, apesar da forte influência exercida pela conferência afro-asiática de Bandung (1955). A aparente unidade alcançada entre os oito Estados independentes existentes em 1958 viria a ser quebrada em finais de 1960. O acelerar da independência de

outros Estados africanos, a eclosão de crises internas (na Nigéria) ou com dimensão regional (como a que assolou o Congo), a eclosão de disputas fronteiriças resultantes da “balcanização” selvagem da época colonial, a persistência de antigos laços de dependência com as antigas potências coloniais (que financiavam os seus orçamentos ou subsidiavam as suas monoculturas de exportação), a inserção dos novos Estados em novos palcos internacionais – como a associação à CEE – orientaram as elites dirigentes para uma postura mais consentânea com os interesses individuais dos novos países, em detrimento da idílica solidariedade e da utópica união política africana. Enquanto a norte pontificavam os grandes pensadores do Nacionalismo como H. Bourguiba da Tunísia, G. A. Nasser do Egipto ou Mohamed V de Marrocos, a sul, os mais extremados pan-africanistas consolidavam as suas lideranças, com destaque para Kwame Nkrumah do Gana, mas também J. Kenyatta do Quênia, K. Kaunda da Zâmbia, A. Sekou Touré da Guiné-Conacri, Modibo Keita do Mali, J. Nyerere da Tanzânia ou mesmo Tafari Makonnen, o imperador Hailé Selassié da Etiópia. A crise do Congo conduziu à constituição do bloco radical pan-africanista de Casablanca, que integrava o Gana, a Guiné-Conacri, o Mali, Marrocos, Argélia e a República Árabe Unida (Egipto e Síria), acabando apenas por se dissolver após a criação em 1963 da OUA, em respeito pelo compromisso de dissolução dos blocos políticos sub-regionais. Apesar da criação daquela organização, as divisões e a proliferação de grupos como o de Monróvia ou o grupo de Brazzaville conduziria, a prazo, à emergência de um *Afro-pessimismo* quanto ao projecto de unificação política africana. ■

Referências

- BOSSCHÈRE, G. (1977) — *Para entender o Terceiro Mundo*. Lisboa: Moraes Editores.
BOUSSALAH, Z. (2005) — “Malek Bennabi: An Analytical Study of His Theory of Civilization”. In *AMSS 34th Annual Conference “Muslims and Islam in the Chaotic Modern World: Relations of Muslims among Themselves and with Others”*. Philadelphia: Temple University. Disponível em: <http://www.amss.org/pdfs/34/finalpapers/Zahra-Boussalah.pdf/>.
NOUSCHI, M. (1996) — *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.
ZORGBIBE, C. (1990) — *Dicionário de Política Internacional*. Lisboa: Dom Quixote.